

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO**  
**2019 - 2020**

**Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDESE**  
**Subsecretaria de Direitos Humanos**  
**Mesa de Diálogo**

**Janeiro de 2021**

## FICHA TÉCNICA

### **Governo do Estado de Minas Gerais**

Sr. Romeu Neto Zema

### **Secretária de Desenvolvimento Social**

Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

### **Subsecretária e Subsecretário de Direitos Humanos**

Sra. Mirella Vasconcelos Ferreira Barbosa

### **Coordenadora da Mesa de Diálogo**

Sra. Shirley Alexandra Ferreira e Sra. Maria Gabriela Araújo Diniz (interina) – 2019

Sra. Maria Gabriela Araújo Diniz (interina) e Sra. Ana Carolina Gusmão - 2020

### **Equipe Técnica**

Sr. Juliano D'Angelo de Barros

Sra. Maria Eunice Natalino

## Apresentação

Autonomia e liberdade. Estes são os sentimentos que pulsam na alma dos mineiros desde o século XVII! ... Comemorar os 300 Anos de Minas é colocar no trilho da história a trajetória desta população ... os feitos dos mineiros ao longo desses 300 anos servirão para garantir que Minas jamais saia da história. <sup>1</sup>

Minas reafirma constantemente a missão de fazer e preserva sua história. Na administração pública esse compromisso está refletido no respeito com a continuidade, de projetos, programas e políticas públicas bem sucedidas. Preocupação expressa na crítica à prática recorrente de “... *desconstrução do trabalho de gestão anterior sem nenhum aproveitamento de políticas exitosas*”<sup>2</sup> feita pelo Excelentíssimo Senhor Governador Romeu Zema, quando em campanha ao governo do Estado em 2018.

A Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros grupos envolvidos em conflitos socioambientais e fundiários – Mesa de Diálogo espelha esse compromisso de campanha. Instituída pelo Decreto Com Numeração Especial – NE nº 203 de 1º de julho de 2015, foi alçada à categoria de Mecanismo de Governança pela Lei nº 23.304 de 30 de maio de 2019, Capítulo II, Art. 6º, Inciso III, tornando-se em um importantíssimo instrumento de diálogo com a sociedade, enfrentamento de situações crise, no âmbito das competências estabelecidas no seu decreto de criação, sem se distanciar do respeito à propriedade, à promoção e proteção dos direitos humanos, conforme pode ser verificado mais adiante na apresentação e análise dos dados consolidados na mediação dos conflitos no ano e 2019 e 2020.

Os números apresentados à diante demonstram, para além da eficiência quantitativa a importância qualitativa das ações da Mesa de Diálogo dada a sua relevância para minimização das vulnerabilidades sociais agravadas pela falta de moradia e terra para o pequeno agricultura familiar no campo.

Consolidada como espaço plural e efetivo de mediação foi construída à múltiplas mãos envolvendo, órgãos e instituições do poder judiciário, executivo, legislativo da sociedade civil, entre outros, que ansiava por uma instância de escuta e participação junto ao poder executivo. Está firmada, também, como importante espaço de promoção da cultura da paz, favorecendo o diálogo, oportunidade para apresentação de propostas para solução dos conflitos e autocomposição entre as partes.

A Mesa de Diálogo tem sido acionada por um conjunto significativo de atores sociais, governamentais e institucionais ao longo de sua existência. Entre eles está o próprio Poder Judiciário, incentivador e promotor de formas alternativas de solução de conflitos, conforme Resolução do Conselho Nacional de Justiça N. 125, de 29 de novembro de 2010 (CNJ) e considera,

“que a conciliação e a mediação são instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios, e que a sua apropriada disciplina em programas já implementados no país tem **reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses, a quantidade de recursos e de execução de sentenças.**” (grifo nosso)

<sup>1</sup> Evento 300 Anos. Disponível em: <http://www.minas300anos.mg.gov.br/evento/>.

<sup>2</sup> Plano de Governo. Liberdade ainda que Tardia. Romeu Zema, Minas Gerais, 2018. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/MG/2022802018/130000600702/proposta\\_1533160671813.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/MG/2022802018/130000600702/proposta_1533160671813.pdf)

e nesse sentido, tem participado efetivamente da Mesa de Diálogo por meio de seu representante, o Juiz Coordenador do CEJUSC-Social em Belo Horizonte, Minas Gerais. Vale lembrar a manifestação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator Manoel dos Reis Moraes na audiência de assinatura do acordo que pôs fim ao conflito envolvendo a ocupação da Fazenda Passagem Larga, localizada no Município de Rio Pardo de Minas/MG, realizada no dia 08/08/2019, de que aquele acordo só foi possível *“visto que houve encontro na Mesa de Diálogo do Estado de Minas Gerais, inclusive com proposta por parte dos ocupantes.”* (Termo de Audiência em anexo).

Dessa forma, a mediação de conflito realizada pela a Mesa de Diálogo tornou-se uma política pública de mediação de conflitos coletivos que tem buscado cada vez mais efetiva na defesa dos direitos humanos e principalmente a instalação da cultura da paz, com construções dialogadas para solução dos conflitos coletivos.

## MESA DE DIÁLOGO

### 1- Retomada das Atividades

Uma das grandes preocupações da nova coordenação ao levantar, conhecer e estudar a dinâmica de atuação da Mesa de Diálogo e o tamanho do passivo foi a necessidade de estabelecimento de critérios que orientassem a inclusão dos casos na pauta de reuniões plenárias da Mesa de Diálogo. Essa inovação foi pensada a partir da verificação de um grande número de conflitos em acompanhamento e a entrada de novos durante todo primeiro semestre no ano de 2019. Outro ponto a destacar foi redução da equipe técnica que já dispôs de 08 (oito) servidores mais um Coordenador perfazendo um total de 09(nove) integrantes, para 02 (dois) técnicos e uma Coordenadora, totalizando 03 (três) servidores. Outra alteração importante foi a articulação por meio Superintendência de Proteção Social Básica para, Regionais da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE com os Municípios para realização do cadastramento das famílias ocupantes, sempre que necessário. O objetivo foi a descentralização do trabalho, que antes era realizado por integrante da Mesa de Diálogo tornando-o mais completo uma vez que, o serviço de assistência dos municípios são dotados de condições para providenciar o acompanhamento das famílias para os programas sociais necessários, por meio do CadÚnico, assim como aos programas locais. Vale salientar que o estabelecimento de critérios, tabela abaixo, não engessa o processo de avaliação mas, serve de parâmetro e tem sua revisão prevista para ocorrer no ano de 2021, tão logo seja possível a retomada das atividades presenciais da Mesa de Diálogo na busca pela melhoria do processo. A elaboração dos critérios, contou com contribuições e aprovação de integrantes da Mesa de Diálogo em reunião realizada há duas semanas que antecederam à primeira reunião plenária da Mesa de Diálogo.

<b>TABELA DE CRITÉRIOS PARA PRIORIZAÇÃO DOS CASOS</b>	
1	Existência de Decisão Judicial
2	Parte incluída em programa de proteção à vida em decorrência do conflito
3	Relatos de ameaça de morte
4	Ocorrência de violência física
5	Ocorrência de dano e/ou destruição patrimonial
6	Conflito localizado em área de risco
<b><u>Crítérios estruturais</u></b>	
7	Presença de casas de alvenaria
8	Presença de cerca
9	Pastos e/ou currais formados
<b><u>Crítérios socioeconômicos</u></b>	
10	Presença de produção agrícola
11	Criação de animais
12	Produção de subsistência ou para a distribuição regional
<b><u>Crítérios de perfil comunitário</u></b>	
13	Organização associativa dos ocupantes
14	Presença de comunidade tradicional
15	Contingente populacional - nº de famílias
16	Presença de crianças e/ou adolescentes
17	Presença de pessoas idosas

18	Presença de pessoas com deficiência
<b>Critérios - Intergovernamental</b>	
19	Investimento público em infraestrutura
20	Indício de existência de terras do Estado
<b>Outros Critérios:</b>	
21	Interesse em negociar
22	Já foi discutido na Mesa de Diálogos
23	Variável Tempo
24	Encaminhamento judicial para negociação na Mesa de Diálogo

Planilha de Critérios para inclusão dos conflitos na pauta da Mesa de Diálogo – Elaboração própria 2019.

Após reestruturação a Mesa de Diálogo retomou a realização das reuniões plenárias em 25 de julho de 2019 e demais atividades. A Reunião de abertura contou com a presença da Excelentíssima Senhora Elizabeth Jucá, Secretária de Desenvolvimento Social, a presença de todos os órgãos e instituições que compõem a Mesa de Diálogo.



Reunião Plenária de 25/07/2019

## 2 – Acompanhamento dos conflitos no ano de 2019

### - Reuniões realizadas

No ano de 2019 foram realizadas **um total de 14 reuniões, sendo 10 reuniões plenárias<sup>3</sup>; 04 reuniões de câmaras técnicas ou setoriais**, conforme quadro 1 abaixo. Além disso, cerca de 100 solicitações foram respondidas via SEI com informações sobre a Mesa e conflitos acompanhados, com elaboração de notas técnicas e memorandos.

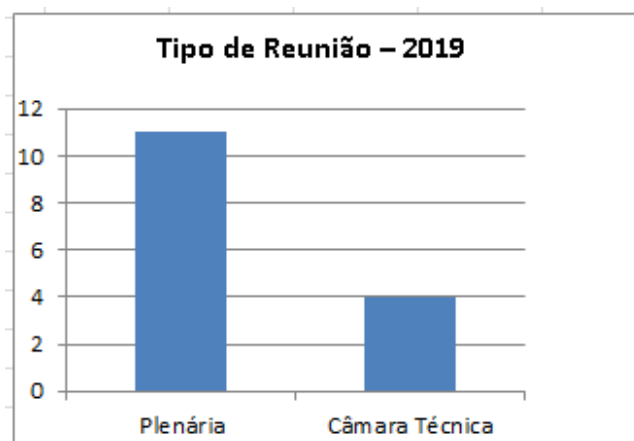


Gráfico 1 - Fonte: Planilha de Agenda Reuniões da Mesa de Diálogo 2019 – Elaboração própria

CASO	Tipo de Reunião	MUNICÍPIO	DATA DA REUNIÃO
Ocupação Vila Nova - do Bairro Olhos D'Água	Plenária	Belo Horizonte	25/07/2019
Câmara Técnica Quilombo Lapinha	Câmara Técnica	Belo Horizonte	31/07/2019
Quilombo Lapinha	Plenária	Matias Cardoso	07/08/2019
Comunidade Agroextrati vista e Artesã da Cabeceira do Piabanha	Plenária	Salto de Divisa	30/08/2019
Ocupação Vila Nova - do Bairro Olhos D'Água	Câmara Técnica	Belo Horizonte	31/08/2019
Ocupação da Fazenda Norte América - Acampamento Recanto das Águas	Plenária	Capitão Enéias	20/09/2019
Fazenda Ariadinópolis - Acampamento Quilombo Campo Grande	Plenária	Campo do Meio	11/10/2019
Ocupação Anita Gomes	Plenária	Belo Horizonte	04/11/2019
Vila Nova Esperança, Nova Contagem, Vila Feliz, Vila Recreio - CEMIG	Plenária	Contagem	14/11/2019
Reunião da Mesa para tratar das Diretrizes para reomoção forçada	Plenária		20/11/2019
Ocupação da Fazenda Norte América - Acampamento Recanto das Águas	Plenária	Capitão Enéias	22/11/2019
Vila Nova Esperança, Nova Contagem, Vila Feliz, Vila Recreio - CEMIG	Câmara Técnica	Contagem	26/11/2019
Fazenda Piri-pá	Câmara Técnica	Ituiutaba	29/11/2019
Rua Planalto Meridional - Bairro Seringueira	Plenária	Uberlândia	29/11/2019
Vila Nova Esperança, Nova Contagem, Vila Feliz, Vila Recreio - CEMIG	Câmara Técnica	Contagem	17/12/2019

Quadro 1 - Fonte: Planilha de Agenda Reuniões da Mesa de Diálogo 2019 – Elaboração própria

<sup>3</sup> Instância superior de deliberação da Mesa de Diálogo, tem como competência aquelas dispostas no art. 4º do Decreto NE 203/20156. – Regimento Interno da Mesa de Diálogo.

A reunião plenária realizada em 20/11/2019 debateu o alinhamento de diretrizes mínimas para acompanhamento de remoções forçadas, para os casos sem possibilidade de acordo, tendo como base as competências estabelecidas por meio do Decreto 203/2015, Lei 13.604/2000, regulamentada por meio do Decreto nº 428/2018, Comentário Geral nº 7 do Comitê de Direitos Econômicos e Culturais das Nações Unidas e orientação de defesa e proteção dos direitos humanos. O Plano de Ação acordado envolve: a) a estipulação de comunicação de data e horário para o cumprimento da ordem judicial e informe às famílias; b) cadastramento social; c) encaminhamento das famílias para política habitacionais do município; d) transporte das pessoas e de seus pertences.



Participação em reunião realizada na Comunidade para implementação do acordo firmado – Caso Vila Esperança 01/08/2019

#### - Dos encaminhamentos acordados

A partir são pactuadas uma série de ações com objetivo auxiliar no processo de mediação do conflito, que não se dá em uma única etapa. A mediação é um processo que requer um conjunto de ações identificadas de acordo com o caso em discussão. Os encaminhamentos são pactuados de forma voluntária entre todos os presentes à Mesa, com indicação de prazo e responsável, cabendo à equipe técnica da Mesa a responsabilidade pelo monitoramento das ações. Em 2019 foram estabelecidos um total de 61 (sessenta e um) encaminhamentos. Conforme pode ser verificado no quadro abaixo, foram monitorados 55 (cinquenta e cinco). O monitoramento consiste na gestão junto aos respectivos responsáveis para o cumprimento dos compromissos assumidos. Nesse sentido, 34 (trinta e quatro) encaminhamentos foram cumpridos, catorze foram considerados “Sem Efeito”<sup>4</sup> por uma série de motivos, seja perderam a efetividade, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

<sup>4</sup> Em relação ao indicador “Sem efeito” refere-se àqueles encaminhamentos que perderam sua eficácia na mediação do conflito, seja por que demorou a ser efetivado, seja por que a reintegração de posse foi cumprida, entre outras razões de acordo com cada caso. Ele representa um número pequeno, como pode ser verificado no gráfico 5.

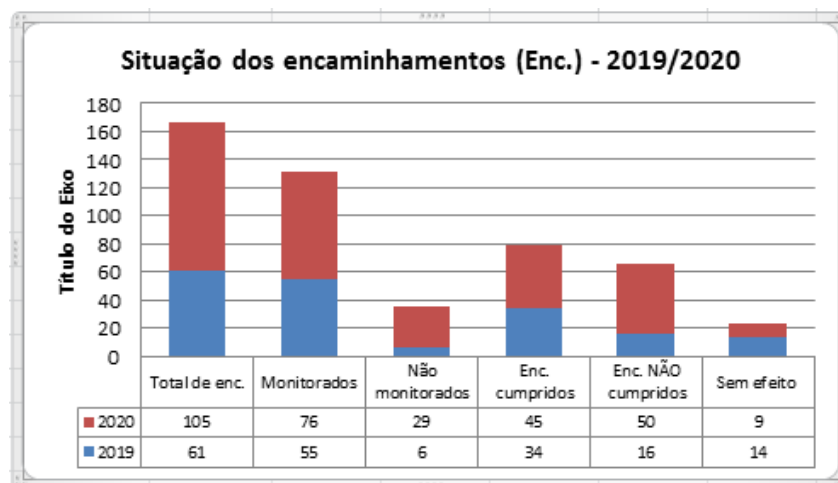


Gráfico 2 - Fonte: Planilha de Acompanhamento dos Encaminhamentos em 2019, até setembro de 2020 – Elaboração própria

#### 4 - Acompanhamento dos conflitos no ano de 2020

Logo no primeiro trimestre do ano de 2020 o país se viu afetado pela circulação mundial do Coronavírus (COVID-19). Em 06 de fevereiro de 2020 o Governo Federal Brasileiro publica a Lei nº 13.978 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, responsável pelo surto de 2019. Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde – OMS reconheceu a situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No dia seguinte, o Governo do Estado de Minas Gerais declarou situação de emergência em saúde pública no Estado em razão do surto de doença respiratória, por meio do Decreto nº 113 de 12 de março de 2020. Em seguida Comitê Extraordinário COVID-19, instituído por meio do Decreto 47.886 de 15 de março de 2020, estabeleceu o Regime de Teletrabalho para os servidores públicos estaduais.

Essa situação demandou da equipe técnica da Mesa de Diálogo uma série de adaptações para continuidade dos trabalhos da Mesa de Diálogo, uma vez que os conflitos continuaram a surgir. Não obstante publicação da Portaria Conjunta nº 952/PR/2020 que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais estabelecendo, entre outras orientações, a suspensão dos prazos processuais durante a vigência da situação de calamidade pública ressaltando, conforme Art. 15, a impossibilidade de cumprimento de mandados **em poder dos oficiais de justiça** “ ... quando verificarem a possibilidade de risco, seja pelo fato de se depararem com quadro supostamente sintomático do Coronavírus, seja por risco iminente a sua pessoa, justificando por meio de certidão no próprio mandado, eventual descumprimento ao juiz competente”, os comunicados e agendamentos de cumprimento de mandados de reintegrações de posse continuaram a ocorrer.

Com objetivo de sensibilização para gravidade da situação foram feitas gestões junto ao poder judiciário para suspensão do cumprimento dos mandados de reintegração de posse envolvendo conflitos fundiários urbanos e rurais e socioambientais, durante o período de vigência da pandemia, pelo Ministério Público Federal e Estadual, Defensoria Públicas Estadual e Federal, Casas Legislativas, a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Comissões de Direitos Humanos no âmbito estadual e federal, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/Seção Minas Gerais, Mesa de Diálogo, entre outros, buscando a proteção à vida tanto dos ocupantes dos imóveis objeto das

reintegrações quanto dos servidores públicos. Em alguns casos não foi possível. Alguns Magistrados sinalizaram com a possibilidade de responsabilização administrativa e criminal dos comandos policiais que não dessem cumprimento às decisões judiciais. Na maioria dos casos, o retorno foi bastante positivo e temos um número significativo de mandados judiciais aguardando melhores condições sanitárias e humanitárias para o devido cumprimento. Nesse ponto, fica o agradecimento a todos e todas que têm incansavelmente para fazer com que a Lei seja cumprida, sem perder de vista o cuidado e a atenção os direitos e as garantidas fundamentais da pessoa humana em todos os seus aspectos.

Uma vez em regime de teletrabalho, a Mesa de Diálogo buscou formas de dar continuidade às suas atividades. A realização de reunião plenária em ambiente virtual, videoconferências, prejudicou consideravelmente a dinâmica, as discussões, a acolhida, entre outros requisitos básicos fundamentais ao bom andamento de um processo de mediação. A primeira reunião realizada em 25/5/2020, foi exaustivamente extensa. A partir daí foi implementado o sistema de Reuniões Preparatórias com as partes, com objetivo de escuta, compreensão da situação e da demanda, levantamento de informações que pudesse auxiliar no diálogo, levantamento de possíveis propostas para discussão e assim, tornar as reuniões plenárias mais objetivas e efetivas. Verificou-se a necessidade de realizar reuniões preparatórias com alguns parceiros na mediação dos conflitos, de acordo com cada caso. Inicialmente estão sendo realizadas reuniões com Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual (não incluídas no gráfico abaixo) com objetivo, também, de levantar possibilidades de mediação do conflito e otimização das reuniões plenárias. A avaliação é de que a proposta foi bem-sucedida e ideia é de que seja incorporada à dinâmica de atuação da Mesa de Diálogo.

Com isso foi possível realizar 43 (quarenta e três) reuniões no ano de 2020, sendo 10 reuniões plenárias, 15 câmaras técnicas, 14 reuniões preparatórias.

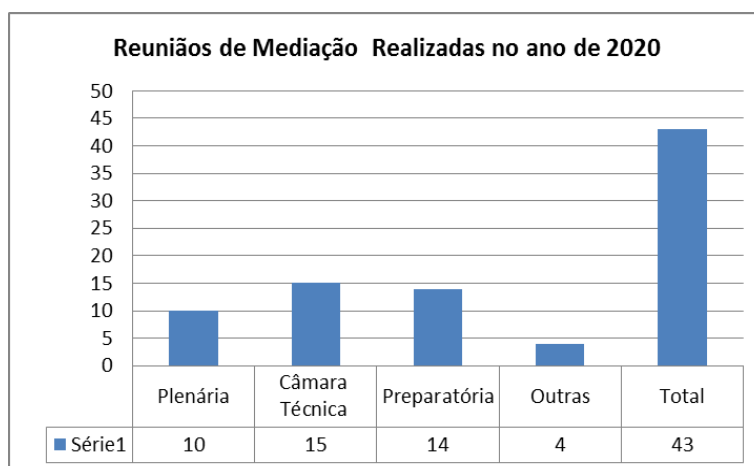


Gráfico 03 - Fonte: Planilha de Reuniões da Mesa de Diálogo 2020 – Elaboração própria



Reunião Plenária DE 10/01/2020 – Mediação do Conflito Ocupação Santa Fé Ocupação da Fazenda Francelinos – Juatuba/MG

Cada reunião demanda preparação e planejamento por parte da equipe da Mesa de Diálogo que se reúne semanalmente, em alguns casos, mais de uma vez na mesma semana, para elaboração da agenda de reuniões, contatos, envio de convites, telefonemas, confirmação de presença e outras ações. A equipe técnica da Mesa de Diálogo realizou 48 (quarenta e oito) reuniões, durante o ano de 2020, a maior parte por meio de vídeo conferência. Em síntese, no acompanhamento dos conflitos a equipe realiza:

- a) leitura e envio de resposta às demandas recebidas por e-mails institucionais;
- b) resposta às demandas que chegam por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI;
- c) contatos para levantamento de informações sobre os casos (e-mails, telefones – particulares durante o regime de teletrabalho, redes sociais – whatsapp)
- d) reuniões preparatórias, câmaras técnicas, plenárias;
- e) elaboração de relatórios, notas técnicas, ofícios memorandos de informação encaminhamentos;
- f) contatos para monitoramento e acompanhamento do cumprimento dos encaminhamentos pactuados.

Os conflitos estão classificados como **fundiário rural** envolvendo demanda por terra por parte de famílias de agricultores carentes, basicamente no interior do estado, movimentos sociais organizados ou espontâneos (sem denominação específica organizado para aquela ação específica); **socioambientais** envolvendo Povos e Comunidades Tracionais – PCTs relacionados, na maioria das vezes, com demandas por reconhecimento dos seus territórios tradicionais em disputas com fazendeiros locais, grandes empreendimentos, defesa do modo de vida e preservação ambiental; **fundiário urbano** envolvendo demandas por moradia nos centros urbanos em todo Estado. Em 2019 e 2020 foram pautados na Mesa de Diálogo um total de 36 (trinta e seis) conflitos, sendo que 07 (sete) deles já foram encerrados, conforme demonstra o gráfico abaixo.

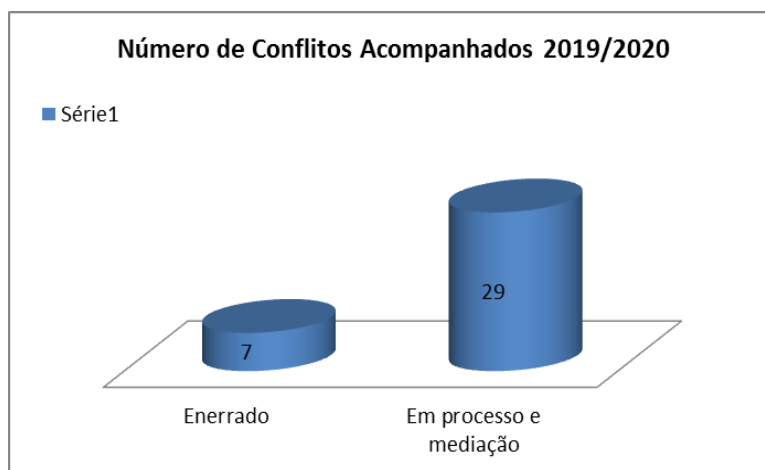


Gráfico 04 - Fonte: Planilha de Acompanhamento de Conflitos 2019/2020 – Elaboração própria

Desse total, Gráfico 05, 50% são conflitos urbanos. Os conflitos fundiários rurais representam 30% dos conflitos mediados pela Mesa de Diálogo no período. Nesse ponto considera-se importante fazer uma distinção, somente para fins de compreensão das particularidades que envolve as demandas socioambientais vinculada aos Povos Comunidades Tradicionais – PCT's. Do total de conflitos pautados envolvendo esse grupo social, 17% envolvem questões fundiárias em disputas com Unidades de Conservação Estaduais e Federais, grandes empreendimentos do setor de energia, silvicultura e minerário. Somente em 3% desses conflitos não envolve questões fundiárias.

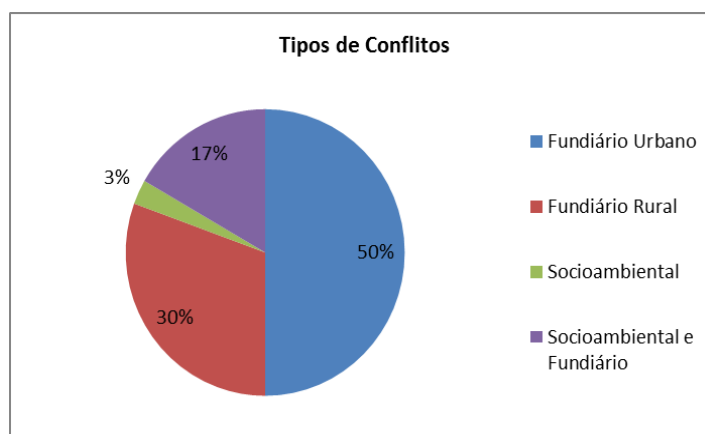


Gráfico 05 - Fonte: Planilha de Acompanhamento de Conflitos 2019/2020 – Elaboração própria

## - Contingente populacional envolvido nos conflitos

Cada conflito envolve um conjunto significativo da população pobre e carente do Estado, proprietários imóveis urbanos, proprietários de imóveis rurais em sua maioria com grandes dívidas tributárias. De acordo com o relatório **Terrenos da Desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural**<sup>5</sup> (que teve como fonte de dados a Fazenda Nacional, o Sistema Nacional de Cadastro Rural) 4.013 (quatro mil e três) possuem dívida acima de R\$ 50 milhões cada uma sendo que 729 (setecentos e vinte e nove) delas declaram possuir 4.057 (quatro mil e cinquenta e sete) imóveis rurais. Na busca de soluções de apoio ao agronegócio o governo federal tem procurado reduzir a carga tributária concedendo isenções e outros mecanismos como a Lei Kandir que isenta produtores do pagamento de ICMS, Lei 10.925 de 23 de julho de 2001 que zera o pagamento de alíquotas nas contribuições do PIS e Confins, em determinados casos, e Lei 12.865 que reduz a cobrança do mesmo imposto em outras situações. O mesmo relatório, com base em dados produzidos pelo Fundo Monetário Internacional - FMI informa, ainda, que das 20 (vinte) maiores economias mundiais o Brasil teve a quinta menor carga tributária mensal em 2014/2015, realidade que caberia aprofundamento mas, não é o objetivo deste relatório.

Na outra ponta o referido relatório informa, com base em dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, que de acordo com levantamentos realizados em 2015, existem 120 mil famílias acampadas demandando assentamento, espaço de produção para consumo próprio, alavancar economias locais, melhoria da qualidade de vida e autonomia. De acordo com a Fundação João Pinheiro<sup>6</sup>, em 2015 o déficit habitacional estimado corresponde a 6,355 milhões de domicílios. Desse total 87% estão localizados nos centros urbanos e 783 mil unidades em áreas rurais. Minas Gerais ocupa o segundo lugar, de acordo com o estudo da FJP, Minas Gerais ocupa o segundo lugar com um déficit habitacional de 575 mil unidades em 2015. Para se ter um ideia da dimensão do que representam esses dados importante apresentar o conceito de déficit habitacional adotado pela FJP para produção dos seus dados:

O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física e que por isso devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel nas áreas urbanas e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais.

A classe social que integra esses dados compõe, ainda um contingente de 23,3 milhões de brasileiros que entraram para a condição de vulnerabilidade no ano de 2017, conforme matéria publicada pelo Jornal Correio Braziliense publicada em 03/02/2019<sup>7</sup>. Como vulnerabilidade estudos para criação do Índice de Vulnerabilidade Social –(IVS) tendo como base dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Instituto de Economia Aplicada – IPEA, entende que:

<sup>5</sup> Relatório Terreno da Desigualdade: Terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural. Publicado em 30/11/2016 pela OXFAM Brasil. Disponível em:

<https://www.oxfam.org.br/publicacao/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural/>

<sup>6</sup> Déficit habitacional no Brasil 2015/Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações – Belo Horizonte: FJP, 2018. Disponível em:

<http://novosite.fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>

<sup>7</sup> Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/02/03/internas\\_economia,735069/23-3-milhoes-de-brasileiros-entraram-em-situacao-de-vulnerabilidade-so.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/02/03/internas_economia,735069/23-3-milhoes-de-brasileiros-entraram-em-situacao-de-vulnerabilidade-so.shtml)

(...) as vulnerabilidades sociais decorrem de processos sociais mais amplos, frente aos quais o indivíduo, por si só, não tem meios para agir, e cujos rumos só o Estado, por meio de políticas públicas, tem condições de alterar. Esse conceito dialoga com um dos trabalhos produzidos no âmbito do Banco Mundial por Moser (1998), que busca compreender as dinâmicas da pobreza em sociedades periféricas, sugerindo que a condição de vulnerabilidade de indivíduos e famílias deriva de sua privação de “ativos” materiais e simbólicos (emprego, moradia, capital humano, capital social, entre outros), e de sua incapacidade para manejar adequadamente os ativos que possuem, em especial diante de situações de risco (Costa e Marguti, 2015b).<sup>8</sup>

A Mesa de Diálogo reflete essa realidade no grande número de conflitos fundiários, urbanos e rurais, e número de famílias envolvidas. Ela é, também, grande de diálogo entre essas duas realidades, sinteticamente tratadas aqui, lembrando que a Mesa de Diálogo trata do pico da crise, quando os conflitos afloram, lançando mão de todos os esforços possíveis para construção conjunta de soluções de pacificação. Mecanismos com a Lei 13.259/2016, que permite a utilização a dação de imóvel para quitação de dívidas com a União e o crédito fundiário têm sido debatidos pela Mesa com potencial promissor. Mas é importante ressaltar que diante da situação de vulnerabilidade das famílias a reforma agrária é o que melhor atende as necessidades.

### Conflitos Encerrados

Conflito	Cidade	Tipo de Conflito	Nº de Famílias	Data	Com Acordo	Motivo	Outras ações
Comunidade Agroextrativista e Artesã de Cabeceira do Piabanha	Salto da Divisa	Socioambiental e fundiário	6	27/02/2020	Sim	saída com pagamento de indenização – apoio do MPE CAO- Conflitos Agrários	Inclusão de liderança pelo PPPDDH - por motivo de ameaça
Ocupação da Fazenda Norte América	Capitão Enéas	Fundiário Rural	40	10/12/2019	Não	Cumprimento do Mandado de Reintegração de Posse	
Ocupação Monte Cristo - Bairro Castanheira	Santa Luzia	Fundiário Urbano	50	25/12/2019	Não	Retirada forçada - Ocupação não consolidada	Encaminhamento de liderança para o PPPDDH - motivo de ameaça
Ocupação da Fazenda Germina Piripa	Monte Alegre de Minas/ Anápolis	Fundiário Rural	70	11/10/2019	Não	Cumprimento do Mandado de Reintegração de Posse	
Conflito envolvendo Comunidade Indígena do Kiriris	Caldas	Socioambiental e Fundiário	16		SIM	Permanência da comunidade no local; . Permuta de terreno entre o Estado e a União.	
Acampamento Cristo Rei - Fazenda Serra Negra	Patrocínio	Fundiário Rural	38		NÃO	. Retirada das famílias em cumprimento a ordem judicial	. Acionamento do Município por meio da SUBAS para cadastramento das famílias e inclusão em programas sociais

<sup>8</sup> Boletim Regional, Urbano e Ambiental nº 21, Julho/Dezembro 2019. Avaliação continuada da vulnerabilidade social no Brasil: Impressões e primeiros resultados do índice de vulnerabilidade social 9IVS) 2016-17. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35262&Itemid=7](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35262&Itemid=7)

<b>Conflito entre Geraizeiros, MST e empresa Replasa - Fazenda Passagem larga</b>	Rio Pardo de Minas	Fundiário Rural	?	08/08/2019	SIM	ACORDO PARA PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS NA ÁREA REIVINDICADA	Assinatura do Termo de Acordo em audiência
TOTAL Famílias			220				

Fonte: Planilha de Acompanhamento de Conflitos Mesa de Diálogo – 2019/2020 – Elaboração própria

### Conflitos em Acompanhamento

Conflito	Cidade	Tipo de Conflito	nº de Famílias	Decisão de reintegração de posse	Situação do conflito	Proposta de Acordo	Outras Ações/ Observações
<b>Ocupação Anita Gomes</b>	Belo Horizonte	Fundiário Urbano	18	Suspensa	Em Negociação	Cessão do terreno para implantação de projeto para Pop Rua - em discussão	
<b>Ocupação Vila Nova</b>	Belo Horizonte	Fundiário Urbano	25	Suspensa	Em Negociação	Oferecimento de terreno à PBH para fins de regularização fundiária	
<b>Acapamento Quilombo Campo Grande - Fazenda Ariadinópolis</b>	Campo do meio	Fundiário Rural	450	Suspensa	Em Discussão		Reintegração de parte da propriedade atingindo 06 famílias
<b>Ocupação Rua Planalto Meridional - Bairro Seringueiras</b>	Uberlândia	Fundiário Urbano		Vigente	Em Negociação	Aplicação do REURB -S pela Prefeitura	
<b>Quilombo Lapinha</b>	Matias Cardoso	Socioambiental e Fundiária	57	Suspensa	Em Construção		
<b>Ocupação Vila Nova Esperança</b>	Contagem	Fundiário urbano	400	SIM	ACORDO FIRMADO	Encaminhamento das famílias para aluguel Social com posterior e posterior transferência para conjunto Habitacional em construção	1ª Etapa do Acordo Cumprida
<b>Ocupação Santa Fé - Fazenda Francelinos e Brejo Morro dos Cavalos</b>	Juatuba	Fundiário Urbano	200	Suspensa	Em Negociação	Aquisição da Propriedade pelas famílias e Regularização pelo REURB-S pela Prefeitura	
<b>Ocupação da Fazenda Arapuim e Comunidade Quilombola e Vazanteira</b>	Pedras de Maria da Cruz / Januária	Fundiário Rural	250	Suspensa	Em Discussão	Em construção	Certificação da Comunidade Tradicional aprovada pela CEPCT
<b>Acampamento Sol Nascente - Poço da Vovó</b>	Jaíba	Fundiário Rural	28	Em Vigor	Em Negociação	Proposta de permuta de área	

<b>Comunidade Quilombola de Virgem da Lapa</b>	Virgem da Lapa	Socioambiental e fundiário		Suspensa	Em Negociação	Regularização do Território da comunidade	Comunidade conta com cerca de 30 Comunidades Quilombolas certificadas pela Fundação Palmares;. Lideranças encaminhadas para o PPDDH
<b>Ocupação Princesa do Vale - Fazenda São Francisco</b>	Almenara	Fundiário Rural	210	Suspensa	Em Negociação	Manutenção da famílias no local e aplicação do REURB-S pela Prefeitura	
<b>Ocupação da Fazenda Cachimbeiro</b>	Santa Luzia	Fundiário Urbano	300	Vigente	Em Negociação	Proposta de inclusão das famílias em programas da habitacionais da Prefeitura	Cadastrament o das famílias pendente
<b>Ocupação da Rua Angico / Rua Gameleira</b>	Timóteo	Fundiário Urbano		Suspensa	Acordo em fase de implementação	Regularização Fundiária por meio do RERUB-S;. A Mesa realiza reuniões periódicas para acompanhamento do processo, articulações e apoios	A Mesa realiza reuniões periódicas para acompanhamento do processo, articulações e apoios
<b>Ocupação do Bairro Recanto Verde</b>		Fundiário Urbano			Acordo em fase de implementação	Regularização Fundiária por meio do RERUB-S. A Mesa realiza reuniões periódicas para acompanhamento do processo, articulações e apoios	A Mesa realiza reuniões periódicas para acompanhamento do processo, articulações e apoios
<b>Ocupação Vitória</b>		Fundiário Urbano			Acordo em fase de implementação	Regularização Fundiária por meio do RERUB-S. A Mesa realiza reuniões periódicas para acompanhamento do processo, articulações e apoios	
<b>Ocupação Bairro Macuco</b>		Fundiário Urbano			Acordo em fase de implementação	Regularização Fundiária por meio do RERUB-S. A Mesa realiza reuniões periódicas para acompanhamento do processo, articulações e apoios	
<b>Ocupação a Rua Canela</b>		Fundiário Urbano			Acordo em fase de implementação	Regularização Fundiária por meio do RERUB-S. A Mesa realiza reuniões periódicas para acompanhamento do processo, articulações e apoios	

<b>Ocupação Bairro do Limoeiro</b>		Fundiário Urbano			ACORDO FIRMADO	Regularização Fundiária por meio do RERUB-S. A Mesa realiza reuniões periódicas para acompanhamento do processo, articulações e apoios	Em fase de implementação
<b>Comunidade Cigana Calon - Bairro Igrejinha</b>	Juiz de Fora	Fundiário Urbano	30	SIM	ACORDO FIRMADO	Acordo para deslocamento das famílias para outra área cedida pela Prefeitura Municipal	Monitoramento e Acompanhamento pela Equipe Técnica da Mesa; Acordo ainda em fase de implementação
<b>Ocupação Estrela Brilhante - Fazenda Buriti do Campo Santo</b>	Montes Claros	Fundiário Rural	80	SIM	Em Negociação	Em construção	
<b>Ocupação Bairro Água Limpa</b>	Itabirito	Fundiário Urbano	15	SIM	Em Negociação	Inclusão das famílias em projeto de regularização fundiária em andamento	. Cadastramento das famílias e visita da equipe social do Município
<b>Ocupação Cidade de Deus</b>	Sete Lagoas	Fundiário Urbano	150	Suspensa	Em Negociação	Em construção	. Acordo para suspensão do processo por 06 meses; .Cadastramento das famílias; .Discussões para criação de conselho habitacional no município
<b>Ocupação da Comunidade Indígena Tuxá - Fazenda Santo Antônio</b>	Buritzeiro	Socioambiental e Fundiária	10	NÃO	Em Análise	. Doação de 500 há da propriedade para a comunidade	OBS.: Proposta rejeitada pela comunidade.
<b>Ocupação da Fazenda da Prata</b>	Pirapora	Fundiário Rural	160	SIM	Em Negociação	Aquisição da Propriedade pelas famílias ocupantes por meio do Crédito Fundiário	. Termo de Compromisso entre as partes em elaboração.
<b>Ocupação da Fazenda São Cristóvão</b>	Formoso	Fundiário Rural	56	SIM	Em Negociação	Aquisição da propriedade pelas famílias ocupantes por meio de financiamento	
<b>Ocupação Irmã Fortunata</b>	Belo Horizonte	Fundiário Urbano	6	Suspensa	Em Negociação	Cessão do terreno pelo Estado para Implantação do Projeto Moradia Primeiro	
<b>Ocupação do Bairro Cazua</b>	Diamantina	Fundiário Urbano		NÃO	Em Negociação	Em construção	
<b>Comunidade Quilombola de Cabaceira</b>	Itacarambi	Socioambiental e Fundiária					

<b>Comunidade Tradicional de Vale das Cancelas</b>	Grão Mogol	Socioambiental	80	Não se aplica		Implantação da Consulta Prévia e Informada	Tentativa de auxiliar na escuta e atendimento das especificidades das comunidades mediante implantação de grandes empreendimentos
<b>TOTAL de Famílias</b>			<b>2.525</b>				

Fonte: Planilha de Acompanhamento de Conflitos Mesa de Diálogo – 2019/2020 – Elaboração própria

A planilha abaixo registra ações da equipe da Mesa de Diálogo em demandas recebidas no ano de 2019 e 2020. São sem liminar de reintegração de posse ou caso exista, ainda não foram reunidas as condições necessárias para que seja pautado pela Mesa de Diálogo. Pode ser, também, o pedido seja para outro tipo de apoio como gestão junto a outros órgãos do Estado como foi o caso da Comunidade Indígena Xacriabá cuja demanda foi resolvida com acionamento Ouvidoria de Polícia. Os casos que ainda aguardam inclusão na pauta da Mesa de Diálogo poderão ser pautados, tão logo tenha seja possível.

#### Outras Ações

Conflito	Cidade	Tipo de Conflito	nº de Famílias	Decisão de reintegração de posse	Situação do conflito	Solicitante	Observações
<b>Ocupação Liberdade - Região do Barreiro</b>	Belo Horizonte	Fundiário Urbano	200	NÃO	Aguardando agendamento de pauta na Mesa	Comissão de DH da ALMG;. Ocupantes;. Comissão de DH da Câmara	Articulação junto a Prefeitura para fornecimento regular de água para as famílias
<b>Comunidade Tradicional Vazanteira e Pesqueira de Caraíbas</b>	Pedras de Maria da Cruz	Fundiário Rural, Socioambiental	30	NÃO	Crítica	PPDDH	Acompanhamento junto com o PPDDH de tensões geradas por atuação de fazendeiros locais;. Comunidade possui Termo de Autorização de Uso da Superintendência de Patrimônio da União - desrespeitado pelos fazendeiros locais.
<b>Acampamento Olaria Barra do Miradouro Ocupação da Fazenda Matas do Japoré</b>	Miravânia	Fundiário Rural	6	SIM	Liminar de reintegração de posse cumprida	Comissão de DH da ALMG;. Ocupantes;. Ocupantes	. Grupo de 06 famílias que foram despejadas e demandam acompanhamento da assistência do município - Seguem sendo monitoradas pela Equipe Técnica da Mesa
<b>Ocupação de Ciganos Calon</b>	Barbacena	Fundiário Urbano	?		Pacificado	CONEPİR	Atuação em conjunto com CEPIR e CONEPİR

<b>Ocupação Córrego do Tatú</b>	Santa Vitória	Fundiário Rural	7	SIM	Crítica	. Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados;. Ocupantes	Famílias remanescentes de outros processos de reintegração de posse na região de Uberlândia . Aguardam conclusão desapropriação fa Fazenda Jacuba para serem assentados.
<b>Acampamento Terra Prometida</b>	Felisburgo	Fundiário Rural	?	SIM			. Retomada do processo de reintegração; . Área de chacina com grande repercussão nacional; . Acompanhamento de Inspeção judicial e audiência de tentativa de conciliação.
<b>Comunidade Tradicional Raiz</b>	Presidente Kubistschek	Socioambiental	?	NÃO	Crítica		. Pedido de inclusão de liderança no PPDDH SEI 1230.01.0004691/2020-02
<b>Comunidade Quilombola de Mocambo</b>	Bocaiúva	Fundiário Rural	?		Requer atenção	.	Acompanhamento junto com CEPIR e CONEPIR
<b>Ocupação Fábio Alves - Região do Barreiro</b>	Belo Horizonte	Fundiário Urbano	750	SIM	Requer atenção	. PBH; . MP . DPE . Ocupantes . Comissão de DH da ALMG	. Acompanhamento junto com o MP e DPE
<b>Ocupação da Fazenda Santo Antônio da Lage</b>	Tiros	Fundiário Rural	?	NÃO	Momentaneamente pacificada		. Segue sendo monitorado;. Processo em andamento; . Decreto de Utilidade Pública revogado
<b>Ocupação Dom Tomaz Balduino</b>	Ribeirão das Neves	Fundiário Urbano	300	SIM	Requer atenção		. Proposta em análise;
<b>Comunidade Indígena Xacriabá</b>	São João da Missões			NÃO	Pacificado		Demanda pontual resolvida com reunião realizada com a participação da Ouvidoria de Polícia, CONEDH e equipe Técnica da Mesa de Diálogo
<b>Ocupação em terreno de antigo distrito industrial abandonado</b>	Uberlândia	Fundiário Urbano	?	SIM			. Acompanhamento de audiência de tentativa de conciliação no Fórum de Uberlândia, Palácio da Justiça Rondon Pacheco, Uberlândia/MG; Juiz solicitou prazo para entender a situação; determinou a citação e comparecimento da proprietária do terreno autora da ordem de reintegração de posse; designação de nova audiência;. Pedido para cadastramento das famílias;.
<b>Ocupação Rua Flor de Pau</b>	Belo Horizonte	Fundiário Urbano		SIM			

TOTAL Famílias

1.293

Fonte: Planilha de Acompanhamento de Conflitos Mesa de Diálogo – 2019/2020 – Elaboração própria

## - Encaminhamentos 2020

Nas reuniões realizadas no ano de 2020 foram pactuados um total de 147 (cento e quarenta e sete) encaminhamentos entre os participantes em cima de pontos e apoios importantes para se alcançar a solução do conflito. Desse total 99 (noventa e nove) foram monitorados, gráfico abaixo:

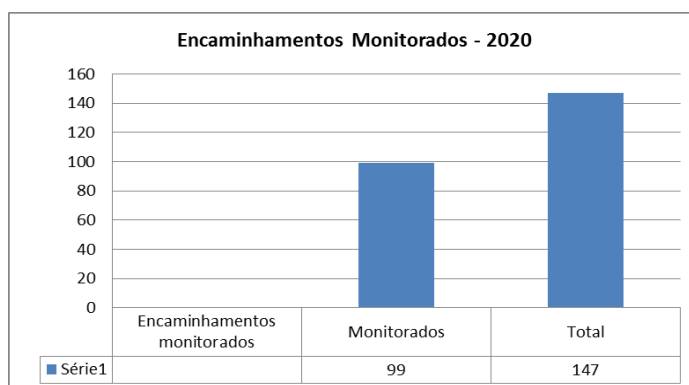


Gráfico - Fonte: Planilha de Acompanhamento Encaminhamentos 2020 – Elaboração própria

Desse total 60 (sessenta) encaminhamentos foram cumpridos, 09 (nove) perderam o efeito e 30 (trinta) não foram cumpridos apesar de cobrados – gráfico abaixo.

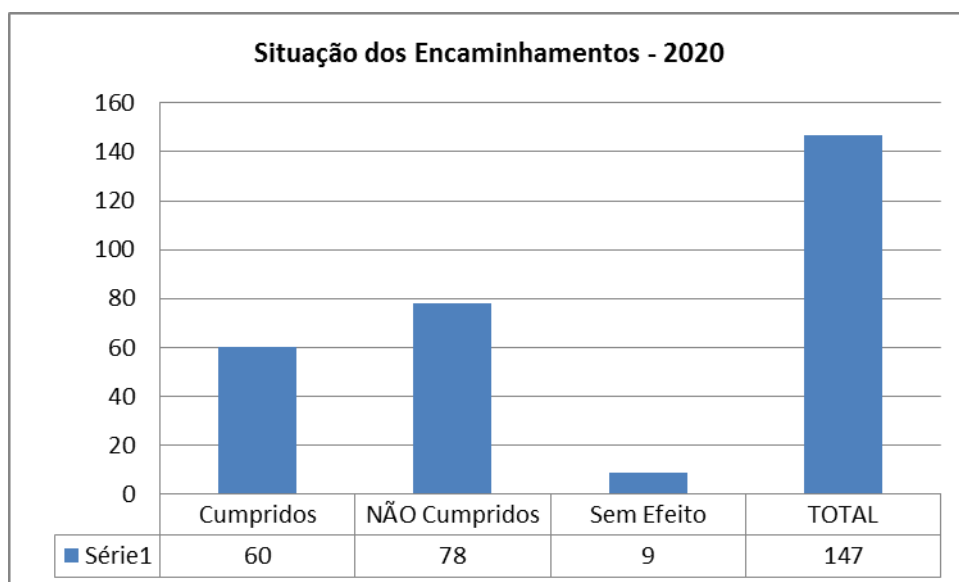


Gráfico - Fonte: Planilha de Acompanhamento Encaminhamentos 2020 – Elaboração própria

Desse total, 60 (sessenta) foram totalmente cumpridos. Dos 78 não cumpridos, 30 (trinta) foram monitorados (cobrados) mas por razões diversas ainda não foram cumpridos. Nos casos em que os conflitos ainda estão em acompanhamento os encaminhamentos seguem sendo monitorados.

## - Distribuição dos conflitos por município:

Distribuição por Município			
Município	Quantidade	Município	Quantidade
Almenara	1	Miravânia	1
Barbacena	1	Monte Alegre de Minas/Canápolis	1
Belo Horizonte	6	Montes Claros	1
Bocaiúva	1	Patrocínio	1
Buritizinho	1	Pedras de Maria da Cruz	2
Caldas	1	Pirapora	1
Campo do Meio	1	Presidente Kubitschek	1
Capitão Enéas	1	Ribeirão das Neves	1
Contagem	1	Rio Pardo de Minas	1
Diamantina	1	Salto da Divisa	1
Felisburgo	1	Santa Luzia	2
Formoso	1	Santa Vitória	1
Grão Mogol	1	São João das Missões	1
Itabirito	1	Sete Lagoas	1
Itacarambi	1	Timóteo	6
Jaíba	1	Tiros	1
Juatuba	1	Uberlândia	2
Juiz de Fora	1	Virgem da Lapa	1
Matias Cardoso	1		

Fonte: Planilha de Acompanhamento dos Conflitos da Mesa de Diálogo – Elaboração própria

## 5 - Pontos de Atenção

### 1º) Quantidade de mandados de reintegração de posse por cumprir.

A maioria está suspensa tendo em vista a situação de calamidade pública. Findado o motivo da suspensão, vamos precisar de tempo para, quando não houver qualquer tipo de acordo após as tentativas de mediação para:

- coordenação das ações tendo em vista exigência de comunicação e providências da Mesa de Diálogo – Art. 7º Decreto 203/2015;
- cadastramento de todas as famílias afetadas pelo cumprimento do mandado;
- providências para acolhimento em programas sociais locais de todas as famílias que por ventura não tenham para onde ir;

**Proposta a ser trabalhada:** realização de reunião com órgãos e instituições diretamente envolvidos para alinhamento de informações e atuação.

### 2º) O número de pedidos de pauta na Mesa de Diálogo.

Da relação de pedidos de pauta na Mesa de Diálogo encaminhado à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, à Comissão Pastoral da Terra e compartilhada com a Terceira-Vice-presidência do Tribunal de Justiça, ainda em 2019 foram atendidos 06 (seis) pedidos. Conforme pode ser verificado na tabela abaixo. ATENDIDO

Pedidos de Pauta na Mesa de Diálogo				
Tipo de Conflito	Nome da ocupação/conflito	Localidade	Decisão de Reintegração de Posse	SITUAÇÃO
Fundiário Urbano	Ocupação Candeeiro	Belo Horizonte	. SIM	
Fundiário Rural	Acampamento da Fazenda Belgominas/Ferroligas	Jequitaiá	SIM	
Fundiário Urbano	Lotes da Quadra 59, Rua Flor de Pau - Bairro Jardim Alvorada	Belo Horizonte	Sim	
Fundiário Urbano	Rua Planalto Meridional - Bairro Seringueira	Uberlândia	Sim	
Fundiário Urbano	Ocupação Vila Nova - Bairro Jaqueline	Belo Horizonte	Sim	
Fundiário e Socioambiental	Conflito envolvendo Comunidades tradicionais gerazeiras atingidas pelo Parque Estadual de Grão Mogol - Bosque, Bosquinho, Santa Rita, Cornélio, Tingui, Bocaina	Grão Mogol	NÃO	
Fundiário Urbano	Ocupação Bairro Darcy Ribeiro	Contagem	Sim	
Fundiário e Socioambiental	Ocupação Guarani Kaiowá	Contagem	Sim	
Fundiário Urbano	Ocupação Monte Sinai e Jardim Vitória	Betim	Sim	
Fundiário Rural	Ocupação da Fazenda Alegria - Acampamento Terra Prometida	Felisburgo	Sim	
Fundiário Rural	Ocupação da Fazenda Rodeador Arapuim	Pedras de Maria da Cruz	Sim	ATENDIDO
Fundiário Rural	Ocupação da Fazenda Granja São Francisco	Almenara	Sim	
Fundiário	Ocupação Conjunto Icaivera	Betim	Sim	
Fundiário Rural	Fazenda Capão do Lizário- Comunidades quilombolas- Biquinha, Água Limpa, Campinhos, Capim Puba, Malhada Branca, Veredas, Cafundó, União dos Rosários Almas, Onça, Curral Novo e Alto São José	Virgem da Lapa	Não	ATENDIDO
Fundiário Imaterial	Acervo da escritora Maria Carolina de Jesus	Sacramento	NÃO	
Fundiário Urbano	Ocupação em área de servidão da CEMIG	Contagem	Sem informações	
Fundiário Rural	Acampamento Lua Nova e Altamira	Jordânia	Sim	
Fundiário Rural	Acampamento da Fazenda Varginha Propriedade da FUCAM	Buritizeiro	Sim	
Fundiário Urbano	Ocupação do CRAS, Bairro Bom Destino	Santa Luzia	NÃO	

Fundiário Rural	Comunidade Tradicional Geraizeira do Sobrado	Rio Pardo de Minas	Sem informações	
Fundiário Rural	Ocupação da Fazenda da FUCAM em Esmeraldas/MG	Esmeraldas	Sim	
Fundiário Rural	Ocupação da Fazenda Buriti do Campo Santo Ocupação Estrela Brilhante	Montes Claros	Sim	ATENDIDO
Fundiário Urbano	Ocupação de Ciganos da etnia Calon	Barbacena	NÃO	
Fundiário Urbano	Ocupação Cidade de Deus	Sete Lagoas	Sim 02/06/2020	ATENDIDO
Fundiário Urbano	Ocupação Luiz Gama trecho da linha férrea, Bairro Belvedere	Belo Horizonte	Sim	
Fundiário Urbano	Ocupação Bairro Água Lima	Itabirito	Sim	ATENDIDO Câmara Técnica
Fundiário Urbano	Vila da Conquista	Belo Horizonte	Sim	
Fundiário Urbano	Ocupação do Edifício Aspem	Belo Horizonte	Sim	Agendada para 28/01/2020
Fundiário Urbano	Ocupação Prof. Fábio Alves	Belo Horizonte	. SIM . Deferida em 17/01/2019	
Fundiário Rural	Ocupação Maria Guerreira	Belo Horizonte - Bairro Copacabana	Sim	
Fundiário Rural envolvendo PCT's	Comunidade Quilombola de Sítio	Bocaiúva	NÃO	Em acompanhamento em conjunto com o CONEPIR

**Proposta a ser trabalhada:** Avaliar a possibilidade de discussão de mais de um caso por reunião plenária agrupando por afinidade. As reuniões preparatórias serão realizadas em separado.

### 3º) Número reduzido de servidores.

**Proposta a ser trabalhada:** agregar à equipe pelo menos 01 estagiário para auxiliar no trabalho administrativo, elaboração de atas, envio de convites para a reuniões, confirmação de presença, melhoria da gestão dos dados, planilhas - urgente; contratação de 01 técnico para auxiliar no acompanhamento dos casos.

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2021.